

ITINERÁRIO DE EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SERRINHA/RN – 1997 A 2021: SEMÂNTICA DISCURSIVA E PRODUÇÃO DA INDIFERENÇA EM RELAÇÃO À EDUCAÇÃO NO CAMPO

***ITINERARY OF EDUCATION IN THE MUNICIPALITY OF SERRINHA/RN - 1997 TO 2021: DISCURSIVE
SEMANTICS AND PRODUCTION OF INDIFFERENCE TOWARDS EDUCATION IN THE COUNTRYSIDE***

***ITINERARIO DE LA EDUCACIÓN EN EL MUNICIPIO DE SERRINHA/RN - 1997 A 2021: SEMÁNTICA
DISCURSIVA Y PRODUCCIÓN DE INDIFERENCIA HACIA LA EDUCACIÓN EN EL CAMPO***

Josenildo da Silva Lemos

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

E-mail: josenildolemoscienciasociais@gmail.com

RESUMO

Uma análise do itinerário educacional do Município de Serrinha-RN, as práticas voltadas para educação no campo e/ou rural. Busca-se interpretar como se dá a organização desse espaço que sinaliza em sua trajetória um rompimento com as tendências dos estudos de educação rural e/ou no campo. Foram utilizadas, para realizar essa pesquisa, as contribuições de Michael Herzfeld para os estudos das práticas individuais e coletivas. Uma análise da estrutura posta formalmente e das ações constituídas a partir de indivíduos e suas atribuições. A coleta de dados adota como metodologias o levantamento de documentos, artigos científicos, informações sobre organização populacional e censo escolar. A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas semiestruturada e de narrativa com dois professores e um coordenador. Os depoimentos foram analisados com base na metodologia de análise de conteúdo de *Laurence Bardin*. Buscou-se compreender como no espaço onde a pedagogia da alternância e o ruralismo pedagógico é algo “totalmente desconhecido” e nessa sequência a ausência de ações de mobilização impulsionadas por movimentos de militância no campo a exemplo do empreendido pelo MST. Como dentro deste universo de distanciamento é vivenciada a escola no campo e as perspectivas de continuidade e descontinuidade de ações para essa realidade da escola do campo? Constatou-se que essa distância não foi suficiente para proteger a escola do campo dos processos de legitimação de uma educação para a cidade, instituída pela forma de violência simbólica e atrelada a construção social da indiferença, oferecida pelo Estado burocrático, e tendo como principal agente o professor.

PALAVRAS-CHAVE: ideologia; indiferença; burocracia; educação no campo.

ABSTRACT

An analysis of the educational itinerary of the Municipality of Serrinha-RN, the practices aimed at education in the field and/or rural. The aim is to interpret how this space is organized, which in its trajectory signals a break with the trends in rural and/or rural education studies. Michael Herzfeld's contributions to the study of individual and collective practices were used to carry out this research. An analysis of the formally set structure and of the actions constituted from individuals and their attributions. Data collection adopts as methodologies the survey of documents, scientific articles, information on population organization and school census. Data collection took place through semi-structured and narrative interviews with two teachers and a coordinator. The statements were analyzed based on Laurence Bardin's content analysis methodology. We sought to understand how in the space where the pedagogy of alternation and pedagogical ruralism is something “totally unknown” and in this sequence the absence of mobilization actions driven by militancy movements in the countryside, such as that undertaken by the MST. How, within this universe of distancing, is the school in the countryside experienced and the perspectives of continuity and discontinuity of actions for this reality of the school in the countryside? It was found that this distance was not enough to protect the rural school from the processes of legitimizing an education for the city, instituted by the form of symbolic violence and linked to the social construction of indifference, offered by the bureaucratic State, and having as its main agent the teacher.

KEYWORDS: ideology; indifference; bureaucracy; field education.

RÉSUMÉ

Une analyse de l'itinéraire éducatif de la municipalité de Serrinha-RN, les pratiques visant à l'éducation dans le domaine et/ou rural. Il s'agit d'interpréter l'organisation de cet espace qui, dans sa trajectoire, signale une rupture avec les courants d'études en éducation rurale et/ou rurale. Les contributions de Michael Herzfeld à l'étude des pratiques individuelles et collectives ont servi à mener à bien cette recherche. Une analyse de la structure formellement établie et des actions constituées à partir des individus et de leurs attributions. La collecte de données adopte comme méthodologies l'étude de documents, d'articles scientifiques, d'informations sur l'organisation de la population et le recensement scolaire. La collecte des données s'est faite par le biais d'entrevues semi-structurées et narratives avec deux enseignants et un coordinateur. Les propos ont été analysés selon la méthodologie d'analyse de contenu de Laurence Bardin. Nous avons cherché à comprendre comment dans l'espace où la pédagogie de l'alternance et du ruralisme pédagogique est quelque chose de « totalement inconnu » et dans cette séquence l'absence d'actions de mobilisation impulsées par des mouvements militants dans les campagnes, comme celle entreprise par le MST. Comment, dans cet univers de distanciation, l'école à la campagne est-elle vécue et les perspectives de continuité et de discontinuité des actions pour cette réalité de l'école à la campagne ? Il s'est avéré que cette distance ne suffisait pas à protéger l'école rurale des processus de légitimation d'une éducation pour la ville, instituée par la forme de la violence symbolique et liée à la construction sociale de l'indifférence, offerte par l'État bureaucratique, et ayant comme son agent principal l'enseignant.

MOTS-CLÉS: idéologie; indifférence; bureaucratie; éducation sur le terrain.

1. INTRODUÇÃO

Posto que a educação rural e/ou no campo, que tem sua historiografia repleta de interpretações acerca da efetivação no Brasil, desde o estabelecido pelos movimentos sociais organizados na Via Campesina-Brasil ao posto pela Pedagogia da Alternância (RIBEIRO, 2008). É necessário perceber, que entre as várias interpretações dadas à perspectiva de educação para o aluno do campo, duas tem destaque e importância para este trabalho que foca na educação no campo do Brasil, Alternância e Ruralismo Pedagógico.

A partir de 1960, o Estado vai interferir diretamente na política de ensino, movido pela situação de desemprego, naquele momento, voltando-se para a Pedagogia da Alternância que já estava consolidada no Brasil e era conhecida da sociedade. Para esta pesquisa importa compreender que todo o processo de intervenção do Estado por essa via, parte da ideologia de fixação do homem no campo por meio da pedagogia.

O ruralismo pedagógico, proveniente da década de 1930, quando o Brasil passava por dificuldades decorrentes do campo econômico e político defendia a fixação do homem no campo como estratégia econômica e social em combate a crise interna no Brasil. Destacando-se nessa defesa os pensadores Sud Menucci, Carneiro Leão, Alberto Torres, Ribeiro Couto, Francisco Faria Neto e Luiz Pereira, dentre outros. Deste momento vale destacar a defesa de um processo de

nacionalização do território brasileiro pelo ensino público. E do outro lado Anísio Teixeira com a defesa da industrialização (NETO, 2016). Aqui na trilha historiográfica, Maria Nobre Damasceno e Bernadete Beserra vai lembrar que “paradoxalmente a educação rural no Brasil torna-se objeto do interesse do Estado justamente num momento em que as atenções e esperanças se voltam para o urbano e a ênfase recai sobre o desenvolvimento industrial” (DAMASCENO; BESERRA, 2004).

Ao investigar o itinerário educacional do Município de Serrinha, no Rio Grande do Norte (RN), com vistas a compreender as práticas voltadas para educação no campo e/ou rural, busca-se identificar elementos de singularidades e tipicidades que estão presentes no município, mas que podem ser tipificadas em outras realidades do território brasileiro. É importante perceber que as contribuições teóricas existentes sobre a educação no campo são elementos de muita importância, porém, é necessário identificar quanto sua elasticidade é capaz de comportar a multiplicidade de realidades posta no território brasileiro em especial os pequenos municípios do interior do Brasil, que apresentam uma realidade rural e urbana extremamente conectada gerando um hibridismo de vivências no campo e na cidade.

Este artigo está organizado, iniciando por esta introdução seguida de uma apresentação teórica sobre a produção da indiferença e burocracia no serviço público, apontando os possíveis danos à proposta de educação no campo, algumas constatações do espaço pesquisado e análises das entrevistas, a relação e/ou distorção entre o que determina a lei, o lugar de fala dos entrevistados e o que se faz de fato. Foram entrevistados na pesquisa o coordenador geral do município e dois professores da rede municipal de ensino, sendo que um dos professores também atua na rede estadual no município. Neste artigo, o nome dos entrevistados não será relatado e/ou serão relatados com nomes fictícios e, por fim, as conclusões deste estudo.

2. A PRODUÇÃO SOCIAL DA INDIFERENÇA E A EDUCAÇÃO NO CAMPO

O propósito dessa reflexão é desenvolver o mote empregado por Michael Herzfeld na obra A produção social da indiferença. Nesse sentido, trata-se de “esferas de indiferença” um caminho que se estabelece neste diálogo pela relação do “O eu e O Estado”, aqui relacionado à “performance”, as relações dentro da escola, enquanto instituição representativa do Estado. E as pessoas, que são parte significativa neste processo, sejam como usuários ou como servidores no espaço de

construção dos fazeres da escola. Relacionando a este contexto a compreensão que “O princípio da indiferença” — traz na perspectiva de Herzfeld — que confere aos humanos uma dupla capacidade: considerar o mundo como constitutivamente indiferente e instituir em seu domínio marcas específicas e humanas de diferenciação e, por extensão, de indiferença (LESSA, 2009).

Embora não tenha como objetivo esgotar o debate em torno dessa questão, dada à amplitude e possibilidades cognitivas do tema, na educação, temos uma relação direta com o processo “burocrático”. A produção de material, planilhas escritas em papel ou em plataformas de computadores, atas de reuniões, planos de aulas, frequência de alunos, correções de atividades, matrículas a realizar, prestação de contas de gastos, elaboração de projetos, entre outras tantas demandas que comportam o universo burocrático que permeiam o cotidiano de professores, funcionários e direção de uma escola. E do outro lado está o aluno e seus familiares, que em algum momento irão relacionar-se diretamente com este corpo burocrático ao qual se atribuiu o nome universal de Escola.

Para muitas dessas pessoas, é o primeiro contato com o mundo do conhecimento, do além do meu espaço, o lugar do rompimento com o universo da casa, da família, da comunidade próxima e/ou primeira. Lá onde o outro se distancia de mim pelo diferente que é, ou que parece ser, e por mostrar conexões que parecem superiores ao meu universo de relações, de aproximações. Em última instância, o intuito mais elementar de qualquer burocrata ou burocracia não é a eficiência racional, mas a sobrevivência organizacional e individual. Estaríamos num espaço bem propício às negociações entre clientes e burocratas nos estabelecidos pela “teodiceia secular”, um espaço que se configura pelas conexões explicativas e pelos papéis das convenções (HERZFELD, 2016).

No universo da semântica discursiva muitos buscam justificar esse processo como algo necessário e fundamental ao exercício de um serviço de qualidade, uma escola organizada, comprometida com o aluno e sua família, uma escola que zela pelo funcionário e por seu objetivo maior, o aluno. Outros enxergaram nesse processo a dificuldade de compreensão, o fardo diário de ter que cumprir metas aparentemente inatingíveis, um processo danoso e enfadonho que exclui e elimina, aflige e desgasta. Em ambas as justificativas, o enlace da burocracia toma seu rumo no campo das ideias, do pensamento, das opiniões. E, diante de tudo isso, ser indiferente, negar qualquer possibilidade, ante tudo que deve ser feito ou não, é uma possibilidade. Estamos diante de uma “luta simbólica comum”. Como posto por Michael Herzfeld (2016), ainda que se tente

separar de forma maniqueísta em uma luta do bem com o mal, “todos estão implicados na utilização das mesmas armas”. O professor pode negar em si esse pertencimento, fazendo-se alheio a tudo que o cerca. Superior em tudo e a tudo, detentor do “domínio de sala”, dono do saber. O aluno, esse dono de si que é, pode agir indiferentemente a tudo que se propõe. Quebrar regras, normas, afinal, para que elas existem, se não para serem quebradas? E o funcionário escolar, esse ser maravilhoso, doutor de um balcão que o separa do resto dos mortais. Ninguém passará pelo chão da escola, sem que em algum momento tenha que estar em frente ao balcão. Necessitando de alguma coisa escrita, carimbada e assinada. E, dessa mineira, “nem todos os encontros burocráticos são lúgubres; para alguns indivíduos de sorte, o sistema funciona sempre” (HERZFELD, 2016).

Quando tratamos do cotidiano escolar, devemos considerar que a escola é uma célula da sociedade e como tal está implicada em um universo de relações e participações que por um lado burocratiza e desumaniza e por outro produz humanidades e abertura para conexões outras de rompimentos. Assim evidenciado pela realidade da vida cotidiana em A construção Social da realidade de Berger e Luckmann. Onde “a realidade da vida cotidiana está organizada em torno do “aqui” de meu corpo e do “agora” do meu presente. Este “aqui e agora” é o foco de minha atenção à realidade da vida cotidiana” (BERGER; LUCKMANN, 1985). E buscando compreender essa realidade do cotidiano nas experiências do dia a dia destacam que “a realidade da vida diária, não se esgota nessas presenças imediatas, mas abraça fenômenos que não estão presentes “aqui e agora”. Isto quer dizer que experimento a vida cotidiana em diferentes graus de aproximação e distância, espacial e temporalmente” (BERGER; LUCKMANN, 1985).

3. DA LEI, DO FAZER E DO FALAR

As questões apresentadas aos entrevistados estão divididas em três eixos e os questionamentos foram apresentados da mesma maneira para o Entrevistado I (2020, informação verbal), Entrevistado II (2021, informação verbal) e o Entrevistado III (2021, informação verbal). Primeiro eixo sobre o entendimento do que é escola do e/ou no campo e o processo formativo e profissional do entrevistado. O segundo eixo de questões foi sobre a realidade da escola e as experiências de convivência com os alunos do campo e da cidade. E o terceiro eixo foi sobre a análise que o entrevistado faz sobre sua atuação, a atuação do estado, nas esferas Federal, Estadual e Municipal, em relação ao fazer docente e a relação com a temática da escola do campo. Dessa

maneira os três eixos de questões buscam abordar toda a estrutura de atuação do fazer docente desde o processo formativo pelo qual a pessoa foi “afetada”, passado por sua atuação na área e as implicações do fazer do Estado sobre sua atuação profissional. Tudo mediatizado pela esfera da semântica discursiva e pela análise do discurso.

O Entrevistado I (2020, informação verbal), afirmou “lembro-me que vi alguma coisa sobre o assunto, porém muito vago”. Esse processo de negação situado dentro de um contexto de atualizações do histórico de formação e atuação profissional, das narrativas onde o sujeito está articulando uma via de defesas com uma lógica própria da semântica do estranhamento. Quando analisando os aspectos ideológicos desse discurso associado ao processo formativo de cada um dos entrevistados pode-se perceber que a semântica discursiva apresenta uma estratégia de não se comprometer com possíveis danos postos pela realidade atual do município. São três pessoas que tiveram acesso aos processos burocráticos de implantação das ações da escola do campo e que de alguma maneira tem conhecimento sobre as lacunas e/ou inferências do processo administrativo sobre o assunto.

Por outro lado, quando tratam do aluno dentro do processo da escola do campo, logo assumem um discurso uniforme já identificado em outras pesquisas como a de Zioli e Ichikawa (2019) quanto à formação de um discurso que parte de dois percursos semânticos: o da cidade como local de possibilidades melhores e o do campo como local do trabalho menos qualificado. No fragmento da fala de um dos Entrevistado II (2021, informação verbal) e Entrevistado III (2021, informação verbal), fica claro o preconceito estabelecido sobre o camponês como sinônimo de ser primitivo: “Hoje eles são mais calmos. Os meninos têm essa questão de violência bem acentuada. Era muito assim”. (Silêncio seguido de expressão facial de reprovação).

O discurso do professor torna-se mais preconceituoso quando o cenário local apresenta que apenas 10% dos alunos da única escola de ensino fundamental da cidade são residentes na cidade e o restante são alunos vindos da zona rural do município trazidos para a cidade através de transporte escolar. Já para o coordenador do município os alunos da cidade e da zona rural são iguais não tem diferença de comportamento nem de perspectivas de futuro. Desta forma busca justificar o fato de o município não ter um currículo voltado para educação no campo mesmo tendo quatro núcleos de escola do campo.

O falseamento da realidade dos sujeitos, em Serrinha, está norteado por um processo histórico de expropriação da pessoa e de negação as condições socioeducacionais que possibilite produção de renda e garantias de permanência no campo. Inclusive sendo a escola esse instrumento de fomento ao êxodo rural e ao processo migratório campo cidade que tem promovido um déficit habitacional no município ao longo dos anos. Tornou-se uma prática comum no campo em Serrinha os jovens em idade de trabalho migrar para a grande Natal em busca de oportunidades de trabalho que dê um aporte financeiro aos demais familiares que continuam residindo no município.

O Entrevistado I (2020, informação verbal), atribui a responsabilidade à falta de material didático, e a um suporte oferecido ao município por parte do Estado. Porém, em nenhum momento responsabiliza o município por parte alguma nesse processo. Firma-se nesse discurso o processo de dominação que se estabelece no âmbito local das instituições sobre os indivíduos dentro do processo de burocratização na “luta simbólica comum”. Como narrado por Herzfeld, 2016, em instância de proporções o maior culpado é sempre “o governo”. Para o Entrevistado I (2020, informação verbal): “Com o processo tecnológico os alunos não se veem mais como do sítio”.

Observa-se uma sequência discursiva que volta a legitimar as práticas de ensino que atualmente são oferecidas na rede municipal e estadual de ensino no município. Contata-se toda uma estrutura semântica discursiva, tanto por parte dos dois professores, quanto por parte do coordenador do município, que objetiva a legitimação de uma educação voltada para a vida na cidade. Ao analisar esse perfil, assumido no discurso dos entrevistados, é possível constatar dois fatores determinantes: primeiro, a ausência de um processo formativo que contemplasse a realidade múltipla e complexa do território brasileiro, sendo necessária uma avaliação das práticas curriculares do ensino superior ante a realidade da escola do campo no Brasil e, por outro lado, um olhar centrado em uma visão de mundo que parte do urbano como modelo de vida e oportunidade. Um espaço de hegemonia de ideologias de urbanidades onde não comporta do espaço da ruralidade.

4. CONSTATAÇÕES E ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Serrinha tem sete estabelecimentos de ensino fundamental dos quais quatro são Núcleos de Escola do Campo implantados em 2012. Porém, não existe nenhum currículo específico ou ação formativa e/ou pedagógica que diferencie o ensino oferecido nesses núcleos. Também não é claro

para os entrevistados a razão de ser da criação dos núcleos. Quando questionados sobre o motivo de os núcleos terem sido criados no município a resposta, tanto o Entrevistado I (2020, informação verbal), como Entrevistado II (2021, informação verbal) e o Entrevistado III (2021, informação verbal) são a mesma resposta: “Para facilitar o acesso das crianças do campo à escola”. No entanto, a fala dos entrevistados é desqualificada pela própria estrutura organizacional da educação do município.

A escola que fica na sede do município também recebe uma significativa quantidade de alunos vindos de comunidades rurais, e com frequência esses alunos passam por transtornos em relação ao transporte escolar, que chegam a ficar dias sequenciados sem passar nas comunidades, sobre a alegação de estar quebrado. Observa-se, pela ausência de clareza nas informações repassadas aos professores, falta de documentos que priorize a educação no campo, ausência de monitoramento e avaliação das práticas pedagógicas, que gestões têm buscado adequar à realidade local ao que convém em investimentos externos e ao que determina as instâncias federal e estadual, com isso, não existe preocupação em construir um plano pedagógico que contemple o aluno do campo na prática. Bastando cumprir com os trâmites burocráticos demandados nos papéis, uma vez que é consenso que nunca haverá investigação sobre as práticas pedagógicas.

O município tem apenas uma escola de nível médio que está sobre a responsabilidade do estado. A instituição recebe os estudantes tanto da cidade quanto da zona rural. A escola também trabalha com o currículo regular e tem mais de 80% de seus alunos vindos do campo. Em 2020, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostraram 990 matrículas na rede municipal de ensino e 282 na rede estadual. Um quadro de 62 professores da rede municipal e 15 da rede estadual (IBGE, 2022).

Outro ponto preocupante foi à realidade instaurada em decorrência da pandemia do Covid-19, a partir de março de 2020. Todas as escolas entraram na modalidade remota de ensino e os alunos do campo ficaram limitados por questões de inclusão digital, dificuldades em relação à cobertura da internet e, também, problemas de ordem socioeconômica. Como alternativa os professores organizavam as atividades impressas para que esses alunos fizessem. E os que tinham acesso à internet poderiam ter aulas virtuais. Esse processo automaticamente dividiu os alunos em duas categorias e conseqüentemente os processos de prejuízos no rendimento escolar foram expostos. Os alunos do campo foram os mais afetados nesta situação, em virtude das distâncias e

das dificuldades decorrentes. Primeiro por não ter acesso a uma internet de qualidade e depois por não ter um direcionamento claro em relação às práticas de ensino que favorecessem esse público.

Algumas singularidades percebidas a partir de observações etnográficas são necessárias pontuar em relação ao município de Serrinha/RN. De natureza rural-urbano, é comum encontrar famílias na cidade que vivem da agricultura familiar. Mantendo um dualismo entre vida urbana e rural, essas pessoas mantêm suas roças, pequenas criações e, ao mesmo tempo, têm suas residências na cidade ou aqueles que por não conseguir aporte financeiro ou um patrão que tenha terras na zona rural, tentam manter suas pequenas criações no fundo de quintal ou mesmo solto as margens de estradas e terrenos loteados, ainda não construídos, no entorno da cidade.

Outra singularidade de serrinha é a diversidade de modalidades de habitação no campo. Tem comunidades que estão com um declínio populacional, comunidades com sitiantes e casa distantes umas das outras, agrupamentos residenciais da mesma família em formato de clã e pequenos núcleos comunitários que se assemelham ao espaço urbano, com as mesmas características da cidade. Outra informação importante a considerar para esta pesquisa é o fato de embora um município de natureza agroextrativista, Serrinha não tem histórico de lutas sociais marcantes no espaço do campo. O sindicato rural, com sede na cidade, sempre esteve atrelado às estruturas de mandonismo e oligarquias políticas do município.

A própria estrutura sindical está pautada num revezamento do poder que sempre se mantém no domínio de uma família e seus agregados. Embora no município exista assentamento agrário, o MST e nenhum outro grupo de militância rural esteve presente no município com fins a fomentar ações sociais de conquista da terra. O que pode ser observado neste município, é que no curso da história todas as ações e projetos voltados para o campo partiram de ações governamentais e/ou privadas, com financiamentos vindos principalmente da união. Estamos falando de um município que depende em 98,4% de fontes externas (IBGE, 2022). E, nesse sentido, o PMDSS, foi um importante instrumento de construção de várias ações para melhoria da vida no campo, embora descontinuadas. É comum encontra na zona rural do município prédios abandonados ou ocupados por particulares, onde deveria estar funcionando posto de saúde, creches, associações e fábricas, fruto do descaso e da descontinuidade de projetos fundamentais a vida no campo (LEMOS, 2017).

Partindo dos dados sociodemográficos que apontam a situação política, social e econômica enfrentada por Serrinha, no curso do tempo, percebe-se que não se pode partir de conjecturas homogêneas e uniformes, para identificar as trajetórias educacionais voltadas para o aluno do campo. Em Serrinha uma pergunta norteia todo o cenário da semântica discursiva: quem são os alunos do campo? Se na cidade ou no campo o aluno tem as mesmas vivências e experimentam as mesmas conexões. Como podemos mensurar as ações pedagógicas voltadas para o aluno do campo?

Como aponta Ribeiro (2008), no país, a falta de políticas educacionais específicas para a educação rural, na história da Educação, é reconhecida por inúmeros autores e no caso de Serrinha/RN é possível observar mediante a pesquisa, que além dessa ausência de políticas voltadas para educação no campo, existem um processo de generalização das práticas de ensino que aparece claramente na fala dos entrevistados e se confirma no exercício das ações administrativas da secretaria de educação do município. A organização desse espaço sinaliza em sua trajetória um rompimento com as tendências dos estudos de educação rural e/ou no campo, embora apresente um discurso semântico de convergência com os estabelecidos pela legislação educacional (Estadual e Federal). Acaba sendo um espelho de tipicidade de outros municípios do interior do Brasil.

Em Serrinha a semântica discursiva carrega uma lógica explicativa para as atitudes individuais e coletivas e seria necessário em outro momento poder ouvir os alunos e seus familiares para poder entender como se dá suas justificativas quanto ao entendimento dessas relações, já que o foco deste trabalho foram os professores em ação no campo educacional do município. Aqui se produz um olhar direcionado ao fazer do Estado na ação do fazer educacional do professor.

Em suma, esse trabalho objetivou contribuir com uma reflexão que aponta para Herzfeld, quando busca problematizar a identidade do “Ocidente”, buscando propiciar um incômodo produtivo, e dessa maneira, quem sabe, “oferecer uma perspectiva sobre como as pessoas lidam com as forças que tentam controlar quem elas são” (HERZFELD, 2016).

A partir destes apontamentos foi possível selecionar o caminho a percorrer e focar no fazer do professor, diretamente responsável pelas práticas de ensino dentro da sala de aulas, e que ao mesmo tempo, é o foco de toda a pressão e tensão canalizada pela esfera pública de controle e regulação das práticas de ensino que em linhas gerais representam para esse indivíduo o Estado e que por ironia do destino esse professor dentro da sala de aulas é a personificação do mesmo

Estado, em representatividade para o aluno. Principalmente quando este está impulsionado da norma e da regra dentro da sala.

CONCLUSÕES

Conclui-se esta pesquisa, compreendendo que as ideologias dominantes no universo de aplicação das práticas de ensino são introduzidas nos estudantes a partir das relações estabelecidas pelos professores, instrumentalizados inicialmente pelo processo formativo que cada um passou e na sequência por sua inserção no campo de trabalho. Dessa maneira, o professor que poderia propiciar um espaço de abertura reflexiva ao aluno sobre suas práticas e vivências, levando a resignificar seu fazer e viver, o professor com todo o aporte burocrático que dispõe, legitima os processos hegemônicos de dominação da ideia de vida na cidade com todos os fatores ideológicos carregados por essa concepção. São processos de condução as exigências do mundo capitalista sem a necessária formação de uma criticidade para o rompimento com a exploração e dominações sejam no campo ou na cidade.

No espaço etnográfico da pesquisa também fica claro o papel do professor, no processo de legitimação do poder local e de seu corpo burocrático. O professor é um personagem central na representação, explicação e legitimação dessa estrutura de poder que passa mais pela própria postura do professor em sua “performance”, do que pelo que é apresentado e/ou oferecido ao aluno na sala de aulas.

O estudo realizado sinaliza para a necessidade de um ordenamento nos processos educativos no Brasil e nas várias práticas e modalidades de ensino. Um país continental precisa de políticas de Estado que sejam claras e objetivas e que contemplem as múltiplas realidades. Não será possível conduzir processos formativos aleatórios sem acompanhamento, planejamentos, avaliações. E principalmente fiscalização sobre as práticas realizadas.

Por fim, ressalta-se que, em Serrinha, não é possível, devido às distâncias, estar no centro do debate da pedagogia da alternância e dos intercâmbios ideológicos dos movimentos de base e do MST, sendo que essa distância não foi suficiente para proteger a escola do campo dos processos de legitimação de uma educação para a cidade, instituída pela forma de violência simbólica oferecida pelo Estado, e tendo como principal agente o professor.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento; tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1985. 248p. (Antropologia, 5).

BEZERRA NETO, Luiz. **Educação rural no Brasil**: do ruralismo pedagógico ao movimento por uma educação do campo. Uberlândia: Navegando Publicações, 2016.

BRASIL, Cristina Índio do. **Brasil tem 49 municípios com mais de 500 mil habitantes juntas, essas cidades representam 31,9% da população brasileira**. Agência Brasil. Publicado em 27/08/2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-08/brasil-tem-49-municipios-com-maisde500milhabitantes#:~:text=O%20estudo%2C%20que%20tem%20informa%C3%A7%C3%B5es,31%2C6%20milh%C3%B5es%20de%20habitantes>. Acesso em: 10 fev. 2022.

DAMASCENO, Maria Nobre; BESERRA, Bernadete. Estudos sobre educação rural no Brasil: estado da arte e perspectivas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n.1, p. 73-89, jan./abr. 2004.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ep/a/9pR4SJPQLNqFb6mhkxKN6QR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 2 fev. 2022.

HERZFELD, Michael. **A produção social da indiferença**: explorando as raízes simbólicas da burocracia ocidental. Tradução de Flavio Gordon. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. (Coleção Antropologia).

IBGE. **Dados das Cidades e Estados do Brasil, 2022**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/> Acesso em: 10 fev. 2022.

LEMOS, Josenildo da Silva. **"Sô daqui e sô de lá, mas moro na estrada"**: um estudo de narrativas de vida que se constroem no curso da mobilidade no Agreste do Rio Grande do Norte. 2017. 116f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

LESSA, Renato. **Da indiferença em primeiro lugar**. Artepensamento, 2009. Disponível em: <https://artepensamento.ims.com.br/item/da-indiferenca-em-primeiro-lugar/> / Acesso em: 15 fev. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA/RN. **PMDSS: Plano de Desenvolvimento Sustentável de Serrinha**. Serrinha, 1997.

RIBEIRO, Marlene. Pedagogia da alternância na educação rural/do campo: projetos em disputa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 027-045, jan./abr. 2008. Disponível em:

LEMOS (2023)

ITINERÁRIO DE EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SERRINHA/RN – 1997 A 2021:
SEMÂNTICA DISCURSIVA E PRODUÇÃO DA INDIFERENÇA EM RELAÇÃO À EDUCAÇÃO
NO CAMPO



<https://www.scielo.br/j/ep/a/KMVyDjXDzMxS4FmpdR7tS6M/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 2 fev. 2022.

Rio Grande do Norte atinge 3.560.903 de habitantes, diz IBGE. Disponível em:

<https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2021/08/27/rn-atinge-3560903-milhoes-de-habitantes-diz-ibge.ghtml>. Acesso em: 28 set. 2021.

*Artigo recebido em: 01/07/2023.
Aceito para publicação em: 05/09/2023.*